

Memória e interdiscurso no urbanismo

Raquel Manna Julião*

Resumo

Este artigo propõe uma abordagem discursiva da história do urbanismo, a partir do exame de textos produzidos em três momentos distintos. O primeiro deles refere-se à gênese do pensamento urbanístico no século XVI, época do surgimento dos textos instauradores da disciplina: os arquitextos. O segundo refere-se ao momento do pré-urbanismo, que se confunde com o pensamento socialista do século XIX. O terceiro enfoca as teorias do urbanismo do século XX. Nos arquivos examinados, trechos de enunciados produzidos nesses períodos, são discutidas as marcas da memória à luz da noção de interdiscurso. Identificam-se os traços dos arquitextos conservados nas propostas pré-urbanistas e nas teorias do urbanismo, tanto no que se refere à forma da enunciação, quanto ao conteúdo – proposição de espaços modelares –, muito embora as teorias se pretendam científicas. Essas teorias do urbanismo mostram ainda sua filiação ao momento anterior, na medida em que mantêm duas tendências ideológicas opostas, o progressismo e o culturalismo, configuradas no século anterior. Argumenta-se que a noção de simetria é paradigmática na relação entre elas. Discute-se, finalmente, como se coloca a questão da subjetividade pelos textos instauradores e pelas teorias.

Palavras-chave: História do urbanismo; Discurso; Memória.

Introdução

Formação discursiva e arquitextos

Os arquitextos são as obras que possuem um estatuto exemplar, e que são referência de um ou mais posicionamentos ou identidades enunciativas. Os enunciados advindos de um mesmo posicionamento configuram uma formação discursiva, e são inseparáveis de uma memória e de instituições que os legitimam. Entre os enunciados conservados em uma formação discursiva, o analista do discurso recorta seus arquivos. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008).

Consideramos arquitextos, conforme a proposição de Choay (1985), os textos instauradores a partir do Renascimento. Dentre eles, os textos paradigmáticos são a

* Mestre em Advanced Architectural Studies pela University College London Bartlett Scholl e doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Utopia, de Thomas Morus, e o Tratado *De Re Aedificatoria*, de Leon Battista Alberti, os quais, para além de terem inaugurado novos gêneros discursivos, foram precursores das teorias do urbanismo.

Quanto aos arquivos aqui examinados, trechos de enunciados das propostas do pré-urbanismo e das teorias do urbanismo, foram escolhidos em função da repercussão de seus autores no contexto discursivo do urbanismo. A leitura desses textos enfatizou a forma da enunciação e a descrição do modelo espacial por eles proposto.

Memória e interdiscurso

A noção de memória relaciona-se aos saberes que pertencem a uma tradição discursiva. Os enunciados produzidos no interior de uma formação discursiva vão criando uma memória interna, fundando sua própria tradição. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). Mas a memória pode ser pensada, de maneira mais ampla, como o lugar da constituição dos sentidos: o próprio interdiscurso. (ORLANDI, 2005).

O interdiscurso se faz de unidades discursivas pertencentes a discursos anteriores do mesmo gênero ou discursos contemporâneos de outros gêneros, com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). É o que este trabalho propõe-se investigar: as relações interdiscursivas entre as teorias do urbanismo e as propostas pré-urbanistas – os arquitextos – e certo discurso científico.

Os arquitextos

Em *A regra e o modelo*, Françoise Choay (1985) defende a tese de que as teorias da arquitetura, embora se pretendam científicas, constituem um gênero textual que conserva traços tanto das utopias quanto dos tratados renascentistas, textos fundadores desse gênero. O primeiro deles é o Tratado de Alberti, *De re aedificatoria* (1485), que se alimentou dos historiadores antigos e das fontes mitológicas através da referência implícita a Vitruvius¹. Essa referência aparece nos relatos históricos que permeiam o texto albertiano, evidenciando a relação com a história e com o discurso estabelecido da arquitetura: a tradição. Mas o uso que Alberti faz dos relatos é distanciado e crítico, sempre submetido à perspectiva enunciativa do autor.

¹ Autor do tratado *De architectura*, século I a.c.

Alberti é, então, muito mais inovador que tradicionalista. A partir do estabelecimento de princípios universais, ele propõe regras generativas que permitam a criação arquitetural. A teoria fundamenta-se na ideia de que a edificação e a cidade devem atender a três níveis de exigência: o da necessidade, o da comodidade e o do prazer – *necessitas* inclui a solidez da edificação, mas também as necessidades humanas; *commoditas* contempla as demandas de uso sempre inventadas pelo desejo humano; e *voluptas* refere-se ao deleite proporcionado pela beleza, fim último da edificação.

Ao mesmo tempo em que valoriza a tradição, a arquitetura em Alberti é uma construção subjetiva e dialógica² que inclui o cliente, pois os usos – *commoditas* – têm sua origem na demanda e no desejo. Enquanto em Vitruvius o objetivo era reunir e comentar as regras tradicionais, na forma de um manual, em Alberti a organização do espaço se faz a partir de combinações que dependem da criatividade do arquiteto. O discurso albertiano é, portanto, transgressor: Alberti fala a partir do lugar do arquiteto herói.

Outro texto fundador, nesse caso um texto de ficção, é *Utopia* de Thomas Morus, publicado em 1516. A obra descreve uma sociedade-modelo que se opõe a uma sociedade histórica real, a sociedade inglesa de então, que tem como suporte um espaço-modelo. O espaço modelar tem aí a função de garantir a passagem de um estado social pervertido a um estado virtuoso. Embora tendo sua origem numa crítica, a utopia exclui a liberdade individual, já que a organização do espaço é definida por modelos pré-estabelecidos.

Em *Utopia*, a cidade é limitada em área e número de habitantes, e cercada por uma muralha. É dividida em setores iguais, com ruas padronizadas, e a localização de seus edifícios é previamente definida, não permitindo espaços particularizados. A única possibilidade de pensar o espaço da cidade é pela reprodução do modelo fixo. E mais, o espaço deve ser mantido indefinidamente idêntico, por meio de reparações contínuas. É certo que no Tratado de Alberti havia também preocupação com as reparações, com o objetivo de preservar os vestígios do passado e garantir uma continuação do presente. Mas em *Utopia*, a reparação atinge todo o quadro construído. Assim, a cidade não é apenas impedida de crescer, mas também é impedida de se modificar. Não há surpresas,

² O termo dialógico, emprestado de Bakhtin à análise do discurso, se refere às relações que o enunciado mantém com os discursos produzidos anteriormente. A noção de interdiscurso, proposta posteriormente por Michel Pêcheux, engloba e expande o dialogismo.

para apropriar-se desse espaço não é necessário percorrê-lo, engajando o corpo numa experiência com a temporalidade. (CHOAY, 1985, p. 164).

A *Utopia* de Morus é, muitas vezes, vista como uma versão da cidade ideal de Platão.³ Mas, da mesma maneira que se deu um deslocamento no discurso de Alberti em relação ao de Vitruvius, Morus subverteu o espaço-modelo platônico, dessacralizando-o. A cidade evocada nas *Leis* de Platão (século IV a.C.), referia-se a uma Atenas desaparecida por ter sido corrompida pelo tempo e pelo desejo do homem. O modelo platônico pretendia, então, restabelecer as leis que os deuses haviam doado à cidade. Esse era, portanto, um modelo restaurador.

Ao pretender uma transformação social que prescindia da luta política, a *Utopia* revela o paradoxo que funda a utopia. E é nesse sentido que se aproxima do mito: a obra é capaz de resolver contradições, no plano simbólico, e de suprimir o tempo. (CHOAY, 1985, p. 176). Porém, ao contrário do mito, sua enunciação é feita em primeira pessoa, o que lhe confere o caráter de um relato heróico, mas que traz, incrustada, uma ficção em terceira pessoa: o mito de Utopo. O rei Utopo, instaurador de uma ordem sócio-espacial, fala do lugar de um herói-arquiteto.

O pré-urbanismo

O rápido crescimento das cidades, no século XIX, contemporâneo à revolução industrial, gerou tanto modificações no espaço urbano quanto reflexões sobre esse fenômeno. O estudo da cidade assume dois aspectos nesse momento do pré-urbanismo: o descritivo, que tenta ordenar quantitativamente os dados, e o polêmico. Esse último teve inspiração humanística ao denunciar as condições de vida dos proletários, contribuindo, assim, para gerar toda uma legislação voltada para o trabalho e para a habitação. Mas os polemistas constituem-se, também, de pensadores políticos, e sua crítica inclui as questões da exploração e alienação do trabalhador, associadas à nova ordem industrial.⁴ (CHOAY, 1998, p. 6).

³ Conforme se apresenta em alguns diálogos como na *República* e nas *Leis*.

⁴ É o caso da obra de Engels publicada em 1845, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Essa obra não só denunciou as condições de miséria do proletariado, como também criticou os modelos e propostas pré-urbanistas enquanto soluções estanques e parciais de questões que só a ação revolucionária possibilitaria resolver.

O modelo progressista

A reflexão sobre a desordem da cidade industrial consolidou-se em modelos espaciais, exemplares e reprodutíveis. Um deles assumiu a forma de uma utopia progressista e o outro a forma de uma utopia nostálgica. O modelo progressista fundamenta sua crítica à cidade industrial na situação de alienação do indivíduo. Paradoxalmente, nesse modelo, o indivíduo é tomado como um tipo, com necessidades-tipo dedutíveis cientificamente, às quais o progresso técnico deveria prover os meios para atender. Só uma análise racional seria capaz de determinar uma ordem espacial aplicável a qualquer agrupamento humano.

A higiene é um tema chave nesse modelo, e por isso o espaço progressista é aberto e rompido por espaços vazios ou verdes que garantem a exposição das edificações ao sol. O traçado definido em conformação com as funções urbanas – habitação, trabalho, cultura e lazer –, devidamente separadas, o que, supunha-se, resultaria em bem estar e progresso social. A beleza, nesse modelo, está associada à lógica racional, recusando ele toda a herança artística do passado.

A cidade adquire, assim, certa rigidez, e nesse aspecto se filia à utopia. Entre os edifícios-tipo, o alojamento tem lugar privilegiado. O modelo progressista se caracteriza pela atomização, fragmentação, baixa densidade, enfim, tudo o que se opõe a uma atmosfera urbana. Apesar de ter se originado em preocupações sociais, trata-se de um modelo autoritário e orientado no sentido do rendimento máximo.

Um exemplo: Fourier

Socialista francês considerado um dos pais do corporativismo, Fourier propôs a criação da Falange, um centro de produção e consumo auto-suficiente. Partindo de uma crítica severa à sociedade contemporânea, Fourier publicou diversas obras nas primeiras décadas do século XIX, das quais se destacam, abaixo, alguns trechos.

Sobre o traçado da cidade:

Devem-se traçar três anéis concêntricos:

- . O primeiro *contém* a cidade central;
- . O segundo *contém* os arrabaldes e as grandes fábricas;
- . O terceiro *contém* as avenidas e o subúrbio;

Cada um desses três anéis *adota* dimensões diferentes para as construções [...].

Os três anéis *são* separados por paliçadas, relvas e plantações que não devem cobrir a visão.

Toda casa da cidade *deve ter* como sua dependência, entre pátios e jardins, pelo menos tanto terreno vazio quanto ocupa sua superfície construída. (FOURIER, *apud* CHOAY, 1998, p.69).

Sobre o falanstério, ou edifício comunitário:

(2) O centro do palácio ou falanstério “deve ser” destinado às funções tranquilas, aos refeitórios, salas da bolsa, do conselho, biblioteca, salas de estudo, etc. Neste centro ficam o templo, a torre de ordens, o telégrafo, os pombos-correio, o carrilhão de cerimônias, o observatório, o pátio de inverno com plantas resinosas [...].

(3) Uma das alas “deve reunir” todas as oficinas ruidosas: carpintaria, ferraria, trabalhos com martelo; deve abrigar também todos os conjuntos industriais de crianças, que são comumente muito ruidosas. Será evitado, com essa reunião, um “lamentável” inconveniente de “nossas” cidades civilizadas, onde se vê, em toda rua, algum carpinteiro, algum ferreiro ou algum aprendiz de clarineta estourar o tímpano de cinquenta famílias da vizinhança [...].

(4) As ruas-galerias “constituem” um método de comunicação interna que por si só bastaria para desdenhar os palácios e as belas cidades da civilização. “Quem quer que tenha visto as ruas-galerias de uma falange”, contemplará o mais belo palácio civilizado como um lugar de exílio, um solar de tolos, que, em 3000 anos de estudos sobre a arquitetura, não aprenderam ainda a alojar-se sã e comodamente. (FOURIER, *apud* CHOAY, 1998, p.72-74 – grifos nossos).

A descrição da cidade de Fourier contempla a setorização, a prescrição dimensional, e preconiza a presença dos vazios. O edifício-tipo é um alojamento comunitário, que inclui as funções relativas à cultura, à religião e à saúde, sendo as ruas incorporadas nesse edifício. Observa-se que a descrição do modelo da edificação vai além da prescrição: o discurso adquire uma presença ficcional na implicação da possibilidade de alguém ter percorrido a rua-galeria de uma falange.

No enunciado (4) fica claro que a crítica à desordem da cidade contemporânea articula-se com a negação da tradição. A enunciação em primeira pessoa⁵ e no tempo presente tem a forma do discurso heróico identificado nos arquitextos. Ao propor, além das regras do traçado da cidade, um modelo de edificação – o falanstério –, a proposta de Fourier configura-se, a um só tempo, com a herdeira da utopia e precursora do urbanismo utópico.

⁵ Ver o uso do adjetivo possessivo em primeira pessoa – nossos – no enunciado 3.

O modelo culturalista

Esse modelo prioriza o agrupamento humano, em detrimento do indivíduo. O ponto de partida crítico é o desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade. A chave ideológica não é, como no modelo anterior, a ideia de progresso, mas a de cultura. Assim, o planejamento da cidade será menos rigoroso. Entretanto, a cidade deve ser circunscrita em limites precisos, que estabeleçam contraste com a natureza, e ter dimensões modestas.

No culturalismo, o estético ocupa o lugar que a higiene ocupava no outro modelo. A irregularidade e a assimetria são valorizadas enquanto marcas de organicidade, essa última identificada com a potência geradora da vida. Trata-se de uma estética ligada à tradição, que não propõe padrões ou modelos. A edificação valorizada é aquela de uso cultural e o clima da cidade é propriamente urbano. Do ponto de vista econômico, porém, a cidade culturalista é anti-industrial e a produção privilegia a relação harmoniosa entre os indivíduos, ao invés do rendimento. Entretanto, esse modelo é tão estanque quanto o progressista, pois também não considera as transformações próprias à temporalidade: propõe uma cidade que não se transforma no tempo. Nesse aspecto, também se aproxima da utopia.

Um exemplo: John Ruskin

Ruskin teve suas preocupações voltadas para a arte como expressão da vitalidade de uma sociedade. A partir de meados do século XIX, foi também um crítico severo da sociedade vitoriana e do sistema econômico baseado no lucro, que degrada o trabalho humano. Seu pensamento, através de William Morris, constituirá o fundamento do urbanismo culturalista. Algumas de suas ideias:

(1) A arquitetura é uma arte “que todo mundo deveria aprender” porque interessa a todo mundo: e é de uma tal simplicidade que é tão indesculpável não se estar familiarizado com suas regras elementares “quanto ignorar a gramática e a ortografia”.

(2) “Vocês sabem” como os arquitetos são apaixonados pela igualdade e semelhança. Ora, a natureza, despreza tanto a igualdade, a semelhança, quanto a estupidez dos homens [...].

(3) “Vocês não ignoram” o quanto “nossos” melhores pintores de arquitetura apreciam o aspecto das ruas de certas cidades do continente. Ora, o principal encanto de todas essas ruas provém do fato de que suas casas têm telhados altos com empenas. Pelas ruas de Antuérpia, de Gand ou de Bruxelas uma série maravilhosa e fantástica de degraus e de curvas distintamente decoradas

sucedem-se ao infinito. (RUSKIN, *apud* CHOAY, 1998, p. 124 – grifos nossos)⁶.

Essa enunciação é dirigida ao interlocutor. O orador convoca a cumplicidade dos ouvintes, apelando para sua vivência da cidade. Ao convocar seu interlocutor, bem como a tradição arquitetônica, a enunciação revela uma abertura dialógica, aproximando-se do Tratado de Alberti. Ao equiparar o conhecimento da arquitetura ao da linguagem, Ruskin reconhece a existência de regras, embora não as explicita⁷.

O enunciado mostra também o início de uma polêmica relativa à imposição do geometrismo pelos arquitetos progressistas, ao denunciar a igualdade e a semelhança, enquanto faz o elogio da maravilha, da fantasia, das linhas curvas e da irregularidade. Ainda, apela à natureza – e à história, embora aqui já não se trate de uma volta às normas clássicas – como legitimação do discurso, e prenuncia o cientificismo das teorias urbanísticas.

O urbanismo

As teorias do urbanismo, no século XX, são apresentadas como verdades fixas e em termos pretensamente científicos. Os teóricos da arquitetura falam a partir do lugar de duplo heroísmo: o do tratadista – inventor e construtor –, e o do herói – utopista que é capaz de curar os males da cidade. Corbusier, o mais influente de todos os teóricos, é exemplar nesse aspecto, com sua proposta totalmente modelizadora, que, porém não deixa de exaltar sua própria criatividade.

O urbanismo difere-se do pré-urbanismo especialmente por ser obra de especialistas, geralmente arquitetos. Conserva-se, porém, o lugar do imaginário, já que a cidade mesma é substituída por uma ideia. Isso faz do urbanismo um herdeiro direto do momento anterior, mantendo, inclusive, as duas tendências ideológicas. Mas, a despeito de estar fundado no pensamento socialista do século XIX, o discurso do urbanismo é essencialmente despolitizado.

⁶ Trechos retirados de *Lecture on Architecture and Painting*. Delivered in Edimburg in November. 1853.

⁷ Camillo Sitte o fará, já no final do século XIX.

O urbanismo progressista

O modelo progressista propõe uma ruptura histórica, assim como o pré-urbanismo progressista o fizera, mas, diferentemente desse, foca mais as estruturas técnicas e estéticas que as sócio-econômicas. A crítica que fundamenta esse movimento é o anacronismo da cidade do século XX, isto é, sua não contemporaneidade ao automóvel ou à arte moderna. Nessa concepção, a cidade deve incorporar, além dos materiais industriais, também a eficácia moderna, baseada nos meios de standardização e mecanização da indústria. Até a beleza deve ser racional e desprovida de tudo que seja accidental.

O plano da cidade progressista despreza as determinações topológicas e a tradição cultural. A preocupação com a eficácia vincula-se à valorização da higiene e se manifesta na desdensificação do espaço da cidade tradicional: os edifícios da cidade moderna devem ser elevados e estar isolados uns dos outros, deixando o solo livre para áreas verdes. A consequência maior desse tipo de implantação é a abolição da rua. A cidade passa a ser rigorosamente setorizada e desvinculada do sistema de circulação, que passa a ser pensado em função do automóvel. Não só o traçado urbano, também os edifícios passam a ser regidos por princípios geométricos simples. A geometria, e especialmente a ortogonalidade, é considerada o ponto de encontro entre o belo e o verdadeiro.

Le Corbusier

Foi o mais importante dos urbanistas progressistas por ter sistematizado e divulgado amplamente, num estilo muito particular e muitas vezes em tom de manifesto, ou na forma de aforismos, o conjunto das ideias de sua geração. Abaixo são destacados trechos voltados para a defesa de uma estética funcionalista.

(1) Procurar a escala humana, a função humana, é definir as necessidades humanas. Elas são pouco numerosas; são bastante idênticas entre todos os homens, pois os homens foram feitos com o mesmo molde desde as épocas mais longínquas que conhecemos. O *Larousse*, ao fornecer-nos a definição de homem, dá-nos três imagens que o desmontam sob “nossos olhos, a máquina toda está ali:” carcaça, sistema nervoso, sistema sanguíneo; e é assim com cada um de nós, exatamente e sem exceção. *Essas necessidades são típicas, quer dizer, nós todos temos as mesmas [...]*.

(2) A linha reta está “em toda a história humana, em toda intenção humana”, em todo ato humano [...].

(3) A retidão decorre dos meios adequados. O ângulo reto domina. As necessidades a satisfazer (criar, para morar e trabalhar, cômodos ou locais quadrados), são resolvidas “espontaneamente” pela técnica do concreto armado [...] a atitude ortogonal do plano de concreto armado tornou-se “evidente”, dentro da “pureza e da retidão”.

(4) Estabelecer um standard significa esgotar todas as possibilidades práticas e razoáveis, deduzir um tipo que se conforme às funções e que fornece um “rendimento máximo”, com o emprego mínimo de meios, de mão de obra e de material, de palavras, de formas, de cores, de sons.

(5) Os cafés, os locais de repouso, etc. deixaram de ser esse “mofo que rói as calçadas”: transferiram-se para os terraços e os tetos [...]. Essa concepção triplicaria a superfície de circulação da cidade; é realizável, corresponde a uma necessidade, custa menos e é *mais sadia* que as atuais superfícies por onde vagamos. (CORBUSIER, *apud* CHOAY, 1998, p.185-189 – grifos nossos)⁸

No primeiro enunciado, Corbusier parte de uma ideia de natureza humana dotada de funções e necessidades típicas e descreve a anatomia humana em termos mecânicos. A noção de função é utilizada para associar o homem à racionalidade técnica.

Nos enunciados seguintes, a linha reta – e a ortogonalidade – é declarada natural, racional e moralmente superior. Aproximá-la das intenções e da história humana é uma forma de, a um só tempo, naturalizá-la e validá-la por sua origem histórica. Mas a linha reta é também moralizada ao ser relacionada à correção. A ligação entre o ângulo reto e a técnica do concreto é dita evidente e espontânea. O último enunciado (5) mostra que o pensamento de Corbusier fundamenta-se numa crítica da cidade existente, contaminada e enferma.

Do socialismo utópico progressista o urbanismo adotou a unidade de habitação como edificação privilegiada, e que, em Fourier, era o falanstério. Mas, ao contrário desse último, que deixava o espaço interno do alojamento indeterminado, o apartamento modernista é compartimentado e intransformável:

(6) A sala comum tem a altura de dois andares e mede 4,80 metros do chão ao teto. [...] A cozinha faz parte do apartamento. Há um fogão com três chapas e um forno, um pia dupla, uma parte da qual forma um esvazia-lixo automático, um armário frigorífico, uma grande mesa de trabalho, prateleiras e armários e um exaustor, ligado à ventilação geral. (CORBUSIER, *apud* CHOAY, 1998, p.195).

⁸ Trechos retirados das obras completas, que abrangem escritos do período de 1946 a 1952.

Observe-se que esse período mantém a forma da enunciação predominantemente no tempo presente e na primeira pessoa. A novidade com relação ao período anterior é a ênfase na validação científica – especialmente pela noção de função – em detrimento da crítica social e do pensamento humanista presentes no pré-urbanismo.

O urbanismo culturalista

Mas o modernismo será também uma nova versão do modelo culturalista. Nessa concepção, a totalidade da aglomeração prevalece sobre suas partes e o aspecto cultural é mais valorizado que o produtivo. As propostas culturalistas serão também despolitizadas, numa abordagem que privilegia uma estética baseada nas obras do passado.

Nesse modelo, a cidade é limitada tanto em extensão quanto em população, cercada por um cinturão verde. As *garden cities*, ou cidades-jardins, não poderiam crescer, mas apenas desdobrar-se como células vivas. O interior das cidades deveria ser dotado de variedade e particularidades. Ao invés do espaço abstrato que serve de fundo para os edifícios-figura do urbanismo funcionalista, o culturalista valoriza os espaços das ruas e praças, as quais devem ser imprevisíveis, assimétricas e adaptadas às sinuosidades do terreno. Trata-se de uma proposta de configuração do espaço urbano próximo ao da cidade medieval, portanto, inadequado às demandas modernas. Assim, enquanto no pré-urbanismo o utopismo progressista opunha-se ao utopismo nostálgico, no urbanismo o culto dos valores ancestrais opõe-se à crença no funcionalismo.

Camillo Sitte

Camillo Sitte publicou, no final do século XIX, a obra *Der Städtebau*, que exerceu influência decisiva sobre a realização das cidades-jardins inglesas e sobre o urbanismo anglo-saxão em geral. Sitte foi um estudioso dos traçados urbanos e dos monumentos das cidades antigas, dos quais extraiu regras de composição e modelos espaciais.

(1) Hoje é comum que duas ruas, que se cortam em ângulo reto, desembocuem em cada esquina de uma praça [...]. Antigamente, procedia-se de modo inteiramente diverso. O esforço era para que não desembocasse mais de uma rua em cada esquina da praça [...]. Assim, de cada ponto da praça só pode haver uma perspectiva das ruas que desembocam nela e o

cinturão das casas só é interrompido uma vez: ela “até parece”, com frequência, totalmente contínua, pois as construções de esquina escondem umas às outras [...]. O “segredo” desse procedimento consiste no fato de que as ruas desembocam perpendicularmente aos raios visuais e não paralelamente.

(2) A noção de simetria propaga-se em *nossos* dias com a rapidez de uma “epidemia”. É familiar às pessoas menos cultas “e todos acham que devem dar sua opinião em questões de arte” tão difíceis como são as que se referem à construção de cidades, porque todos acham que têm no dedinho o único critério necessário: a simetria. Essa palavra é grega, “mas pode-se provar facilmente que, na Antiguidade”, tinha um sentido bem diferente do de hoje. A proporção e a simetria são, para os antigos, uma única e mesma coisa. A única diferença entre esses dois termos consiste em que, em arquitetura, a proporção é simplesmente uma relação agradável aos olhos, enquanto a simetria consiste na mesma relação expressa em números.

(3) Nas cidades modernas, as irregularidades de planos não têm sucesso, pois são criadas artificialmente, com o auxílio da regra. Traduzem-se frequentemente em praças triangulares, resíduo fatal de um parcelamento em tabuleiro. Essas praças provocam, na maior parte das vezes, um mau efeito: “o olho não pode iludir-se”, pois vê sempre as interseções ofensivas das fileiras das casas. (SITTE, *apud* CHOAY, 1998, p.211-213)⁹

A crítica de Sitte à cidade refere-se à dimensão estética. A estética que propõe, porém, nada tem de racionalista: busca o resultado agradável à vista, inclusive pelo bom efeito da ilusão. As regras da composição espacial, para Sitte, não estão condicionadas ao uso da reta ou da curva. Mas, ao contrário de Ruskin, que convocava a cumplicidade do homem comum, Sitte considera a questão da construção da cidade um assunto de especialistas, e só nesse ponto aproxima-se da posição dos progressistas.

Para Corbusier e os progressistas, entretanto, Sitte era a encarnação de uma vocação retrógrada. Sua discussão sobre a compreensão equivocada da palavra simetria resume o núcleo conceitual das diferenças entre os dois modelos.

Considerações finais

A questão da simetria – memória e interdiscursividade

Enquanto para os urbanistas progressistas a geometria era tomada como uma verdade salvadora do espaço – e da sociedade –, para os culturalistas a irregularidade é que seria capaz de humanizar o espaço. Essa polêmica marca o pertencimento dos urbanistas a formações discursivas distintas.

⁹ A partir da tradução francesa de *Der Stadtebau*, de 1902.

No espaço da cidade e suas edificações, isto é, no discurso arquitetural, é a forma que concretiza os conteúdos ideológicos. O problema da forma aparece na menção à simetria – em Sitte – e à superioridade da linha reta – em Corbusier. Ora, a adoção generalizada da linha reta e da ortogonalidade está na base da industrialização da arquitetura, através da criação de elementos ou edificações-tipo. E os tipos correspondem à fixação do significado e do papel da arquitetura como reprodutora da ideologia funcional. A noção de funcionalidade, que reduz as necessidades humanas a necessidades-tipo, justifica a desconsideração aos valores culturais e a implantação de modelos espaciais urbanos capazes de garantir a disciplina e o controle sociais, ou uma moralidade sadia, para falar como Corbusier.

Entretanto, se o urbanismo progressista assumiu a liderança na cultura arquitetônica oficial, isso não se deu sem resistência. Vimos como Sitte critica Corbusier ao declarar que a noção de simetria propaga-se como uma epidemia, ironizando a proposição da geometria como remédio para a cidade doente.

Quando Sitte argumenta que, na Antiguidade, a palavra simetria tinha um sentido diferente, está, de fato, mostrando que a verdade da história pode sustentar tanto a linha reta e a simetria, quanto a irregularidade e a assimetria, conforme a formação discursiva à qual o autor se filia: culturalista ou progressista. De fato, ao serem produzidos, os enunciados podem criar sua maneira própria de gerir a memória.

Isso se dá também no nível do discurso arquitetural. Na proposição urbanística de Corbusier – a Cité Radieuse – onde cada torre de habitação é uma espécie de falanstério verticalizado, Fourier é implicitamente citado. O que essa relação interdiscursiva deixa velado, entretanto, é que o pensamento de Corbusier passa ao largo da crítica social que embasava a proposição de Fourier.

Afinal, o urbanismo é a expressão de um posicionamento político, pois prepara o espaço da cidade para o desenvolvimento do capitalismo industrial, inclusive garantindo a reprodução da força de trabalho.

Racionalidade e cientificismo

A história, a biologia e a analogia médica são convocadas enquanto discursos veredictórios do urbanismo progressista. Mas a noção de sanidade é a que melhor articula as categorias discursivas da utopia e da ciência, pois trata-se de uma verdade tanto da norma médica quanto do ideal utópico. Então, se a cidade está doente, o

arquiteto pode curá-la adotando a linha reta e tipos funcionais. Essa proposição “pré-supõe” que o atendimento às necessidades humanas coincide com a racionalização da produção industrial. A falácia está, entretanto, na inferência de necessidades-tipo, desconsiderando, por exemplo, a cultura.

Proposições nada científicas são comuns, como na afirmação de Corbusier de que as necessidades a satisfazer – criar cômodos quadrados – seriam resolvidas espontaneamente pela técnica do concreto armado, e que a ortogonalidade do concreto armado seria evidente. Ora, nem as necessidades humanas estão naturalmente ligadas à forma quadrada, nem a técnica do concreto resolve espontaneamente uma necessidade. A ortogonalidade na técnica do concreto armado também não é evidente, já que, por ser plástico e moldável, o concreto permite justamente desviar-se da linha reta.

A questão da subjetividade

O *Tratado de Alberti* e a *Utopia* foram escritos na primeira pessoa, mas a relação desses textos com a questão da subjetividade é totalmente diferente. Isso porque, embora a regra albertiana seja uma operação que não muda com o tempo, ela pode engendrar espaços variados, conforme as circunstâncias e o desejo do arquiteto e de seu cliente. O espaço-modelo da *Utopia*, por sua vez, é fadado à duplicação, e desconsidera tanto o contexto quanto o desejo. Assim, no aspecto da possibilidade do exercício da subjetividade, o *Tratado* de Alberti é mais moderno que a *Utopia*, apesar de lhe ser anterior.

E o urbanismo manteve, da categoria discursiva da utopia, a proposição de modelos, dotando-os até de maior rigidez, como nos apartamentos de Corbusier. As teorias do urbanismo não conservaram o caráter subjetivo e dialógico do *Tratado*. Desse, os traços identificáveis são a marca do narrador em todas as enunciações, bem como a relação com a tradição, mas apenas na versão culturalista. A marca do narrador está, inclusive, no uso da primeira pessoa, e esse é, talvez, o aspecto mais revelador da contradição interna do discurso do urbanismo, já que a primeira pessoa é incompatível com o discurso científico. Mesmo quando há um maior grau de presença do outro enquanto interlocutor, como na enunciação de Ruskin, não se pode falar de qualquer relação intersubjetiva: não há abertura à participação de outros atores na concepção dos modelos, nem mesmo à revisão ou à crítica.

Finalmente, se em Alberti o fim último da arquitetura era a beleza, no urbanismo progressista a beleza é mero resultado da aplicação de uma lógica funcional, enquanto no culturalismo a beleza é resultado da descoberta dos segredos da tradição, e não traz, portanto, a marca do sujeito. As teorias do urbanismo, nascidas no momento da emergência das ciências humanas, paradoxalmente, desconsideram o sujeito – em termos de demanda e de desejo –, assim como a *Utopia*, criada num momento histórico de valorização do humanismo e de afirmação da razão, propusera um modelo supressor da liberdade do indivíduo.

Abstract

This article aims to discuss about the history of urbanism, from the examination of texts produced in three different moments. The first one refers to the genesis of urban thought in the sixteenth century, when the establisher texts of the discipline appeared: the arquitexts. The second one is the moment of pre-urbanism, which coincides with the socialist thinking of the nineteenth century. The third one focuses on the theories of the twentieth century urbanism. In the files examined – excerpts of statements made during these periods – marks from the memory are discussed from the point of view of inter-discourse. Traces of the arquitexts are identified in both proposals of pre-urbanism and in the theories of urbanism, either in reference to the form of the enunciation, or to the contents (proposition of mould space), even though the theories claim to be scientific. These theories also show their affiliation to the precedent period, as they keep the two opposing ideological tendencies: the progressivism and the culturalism. It is argued that the notion of symmetry is paradigmatic in the relationship between them. It is discussed, finally, how the question of subjectivity is brought in both the arquitexts and the theories.

Keywords: History of urbanism; Discourse; Memory.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

BATTISTI, Emilio. *Arquitectura, ideologia e ciencia*. Madrid: H. Blume, 1980.

BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editoria Presença, 1981.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DUCROT, Oswald [1984]. Pressupostos e subentendidos (reexame). In: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2006.

KRUGGER, Mario Julio Teixeira. *Teorias e analogias em arquitetura*. São Paulo: Projeto, 1986.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.